



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

Número 166 - Maio 2011

NOSSA OPINIÃO

- [A biodiversidade é muito mais do que carbono](#)

COMUNIDADES E FLORESTAS

- [Certificação de granjas camaroneiras coloca os manguezais em risco](#)
- [Florestas da Ásia se perdem em favor de mercado de produtos para animais domésticos](#)
- [Brasil: Trabalhadores assassinados na Amazônia e o debate sobre o novo Código Florestal – pelo fim da impunidade!](#)
- [Síntese do REDD Monitor: Observando como REDD começa a falhar](#)
- [Peru: Apropriação de terras de povos indígenas](#)

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- [Chile: Um modelo florestal nefasto com sucursais na América Latina](#)
- [Uruguai: O poder da empresa florestal- celulósica Montes del Plata](#)
- [Malásia: Decisão histórica contra joint ventures de dendezeiro](#)
- [Quênia: A laureada Maathai aconselha desencorajar a plantação de eucaliptos](#)

POR UMA DEFINIÇÃO DA FLORESTA

- [Carta aberta à FAO](#)

NOSSA OPINIÃO

- A biodiversidade é muito mais do que carbono

Além de celebrarmos, em maio, o dia da biodiversidade, também estamos às vésperas de mais um evento no âmbito da Convenção do Clima. Trata-se da 34ª sessão de dois órgãos, SBI e SBSTA, que têm o papel de assessorar e orientar a Convenção do Clima. A sessão ocorrerá em Bonn, na Alemanha, entre os dias 6 e 16 de junho.

De fato, clima e biodiversidade estão profundamente interligados. Foram as condições climatológicas que propiciaram a riqueza da diversidade da vida no planeta, o que levou milhões de anos para atingir seu estágio atual. A crise climática e seus impactos devastadores ameaçam a biodiversidade e tendem a empobrecer drasticamente os ecossistemas atuais e suas

características.

A importância de manter a biodiversidade para o mundo continua sendo subestimada e insuficientemente valorizada pela Convenção do Clima. Mesmo que a Convenção tenha dado novamente às florestas tropicais um destaque no cenário internacional, isso não ocorreu devido à biodiversidade, mas à sua capacidade de armazenar carbono, atendendo a interesses dos países que historicamente mais têm contribuído para o aquecimento global e que não assumem sua responsabilidade para tomar medidas de redução de suas emissões. A partir dessa visão muito limitada e enganosa, foi proposto o mecanismo REDD – Redução de Emissões do Desmatamento e da Degradação Florestal. Mesmo assim, seus promotores defendem que implementar o REDD seria também benéfico para manter a biodiversidade no planeta. É isso mesmo?

Primeiramente, é preciso fazer um alerta de que, muitas vezes, a biodiversidade é associada apenas às florestas tropicais. No entanto, se em sua maioria as florestas contam com uma proteção legal bastante precária e ineficiente, a situação fica ainda pior para outros ecossistemas, que também possuem uma importância incalculável em termos de riqueza de biodiversidade, como os manguezais, o cerrado, as pastagens naturais, entre outros. Por serem menos protegidos, eles continuam sendo destruídos com maior rapidez para dar lugar a criatórios de camarão, monoculturas de cana, soja, palma de dendê e eucalipto. Dessa forma, movidos por interesses de lucro em curto prazo, a biodiversidade, também fora das áreas de florestas tropicais, continua sendo destruída, sem que tenhamos plena noção de sua importância para o futuro do planeta.

Outro problema fundamental é que as populações que tradicionalmente vivem em ecossistemas como florestas, manguezais, cerrados e pastagens naturais, geralmente são excluídas dos mesmos, como se não fossem parte integrante da biodiversidade. Assim, são desconsiderados a convivência e o conhecimento de populações locais em todos os continentes, bem como suas relações com os ecossistemas dos quais dependem para sua sobrevivência e qualidade de vida. Para essas populações, os ecossistemas nos quais vivem são essenciais para garantir tudo de que necessitam para sua alimentação e saúde, bem como para realizar seu modo de vida.

Para que as negociações em Bonn possam resultar em boas orientações para a Convenção do Clima, é essencial que haja, além de um reconhecimento da importância da biodiversidade para a humanidade, a afirmação da presença fundamental do ser humano como parte integral da biodiversidade em cada ecossistema. Significa que a tentativa de evitar o desmatamento tem que incluir medidas como o reconhecimento dos direitos das populações sobre suas terras onde tradicionalmente convivem com a floresta e com outros ecossistemas. Porém, em muitos planos elaborados por governos de países com florestas tropicais para poder receber os recursos do mecanismo REDD, os direitos das populações que vivem nas florestas não são reconhecidos. Muito pelo contrário, são apontados como as principais responsáveis pela destruição das florestas.

Mas o que vemos na prática é que os governos que discutem e implementam o REDD insistem, ao mesmo tempo, no modelo de desenvolvimento que continua destruindo a biodiversidade do planeta, apesar do discurso da necessidade da 'sustentabilidade' e do combate às mudanças climáticas. Em áreas de alta biodiversidade, continuam sendo construídas e implementadas novas mega-barragens, plantações industriais de monoculturas de árvores, novas minas e concessões de exploração de madeira, novas estradas e áreas de explorações de petróleo. As

principais responsáveis: grandes empresas, muitas vezes transnacionais.

Para efetivamente contrapor essas atividades destrutivas, recomendamos mais uma vez que a SBI e SBSTA considere aquilo que as populações das florestas, em todos os continentes, tanto têm reivindicado: reconhecer seus direitos sobre as terras e sobre as florestas onde vivem e envolvê-las plenamente na elaboração e efetivação das políticas de conservação da biodiversidade nas suas áreas, bem como fortalecer e ampliar sua economia local baseada em um uso múltiplo da floresta que essas comunidades já costumavam praticar, sem destruição. Sem dúvida, esse é o caminho a seguir.

[início](#)

COMUNIDADES E FLORESTAS

- Certificação de granjas camaroneiras coloca os manguezais em risco

A certificação tem se tornado uma ferramenta perversa nas mãos das corporações que a usam como um “selo verde” para impor intrinsecamente nocivos sistemas de produção que se transformam em uma ameaça para valiosos ecossistemas.

Diversas ONGs que trabalham com comunidades locais nos países produtores de camarão e consumidores dos países que importam camarão fizeram soar o alarme a respeito dos padrões provisórios e todo o processo dominado por defeitos dos Diálogos da Aqüicultura do Camarão do WWF (WWF-ShAD).

Nós mesmos participamos dos chamados “diálogos da aqüicultura do camarão”, onde essas ONGs opositoras têm verificado o pior cenário onde um produto final determinado- os padrões de certificação para a criação de camarão- está anulando qualquer envolvimento justo e inclusivo das partes ou dos usuários dos recursos nesse processo. Em vez disso, a maior parte daqueles que participaram desses “diálogos” foram representantes da indústria camaroneira, e usuários de recursos locais. A grande maioria daqueles que são afetados pela criação de camarão estiveram evidentemente ausentes do processo de três anos. A falta de contribuição das comunidades locais no “diálogo” leva o esforço por certificar a cultura do camarão a sérias controvérsias, especialmente contradizendo a alegação do WWF de que seus padrões representam as comunidades locais afetadas.

O Mangrove Action Project, junto a outros Escrupulosos Oponentes ao totalmente equivocado processo de “diálogo da aqüicultura” têm tentado sem sucesso convencer o WWF e seus aliados a não divulgar seus padrões com o título de “padrões ambientais e sociais,” já que isso não é razoavelmente representativo de seus padrões principalmente técnicos que como muito deveriam ser etiquetados apenas como Melhores Práticas de Manejo (BMPs).

No entanto, um dos maiores argumentos que recebemos do WWF, além de nossa alegação de que não há contribuições das comunidades locais ao padrão, é que o WWF não tentou alertar diretamente seu amplo grupo de membros e o público em geral para evitar o consumo barato e insustentável de camarão. Se os consumidores do camarão criado reduzissem sua demanda pelo produto, haveria uma redução imediata na expansão da indústria, e conseqüentemente haveria uma redução no dano provocado por essas granjas camaroneiras famintas por recursos, e assim diminuiriam em grande medida os efeitos adversos dessa indústria em expansão que

invade solos virgens.

Além disso, a criação industrial de camarão é um processo insustentável e destrutivo que não deveria ser permitido por nenhum padrão como "mais sustentável". A indústria que o WWF espera certificar é principalmente um sistema de aquicultura aberto e de rendimento que na realidade degrada os próprios ecossistemas e recursos de que precisa em uma primeira instância.

Nos últimos 30 anos, a rápida e longamente descontrolada expansão da indústria camaroneira têm levado a significativos problemas sociais e ambientais, que só recentemente vieram à tona. Entre os problemas mais sérios está a degradação e perda de recursos naturais litorâneos. Os problemas da poluição não resolvidos ainda permanecem na indústria, despojando as águas que já foram fecundas dos estuários e baías costeiras. Solos que eram ricos em peixes vêm sendo impactados, e habitats de reprodução e viveiro vitais para os peixes vêm se perdendo para as granjas camaroneiras invasoras.

Os processos de montagem e as atividades em seu conjunto da aquicultura do camarão são extremamente prejudiciais para o delicado e complexo equilíbrio da ecologia litorânea. Vastas faixas de manguezais são clareadas para deixar lugar às piscinas camaroneiras. As granjas camaroneiras substituem ambientes de diversos e múltiplos recursos com atividades de monocultura industrial. No mundo todo, mais de um milhão de hectares de valiosos manguezais foram destruídos pela criação de camarão- e isso só nas últimas duas ou três décadas!

Outros importantes habitats costeiros, tais como marismas, bancos de algas e recifes de coral foram degradados ou destruídos, Também, terras agrícolas que já foram produtivas se transformaram em pousos e importantes canais e aquíferos subterrâneos foram perigosamente contaminados.

A aquicultura industrial de camarão primeiro destrói os meios de vida locais e acaba com os empregos permanentes por causa da remoção dos manguezais e a salinização das terras onde os meios de vida tradicionais como lavoura e pesca já não são mais opções viáveis para a maioria.

Esse megárito de \$40-60 bilhões se alimenta pelo grande apetite dos consumidores ingênuos do Norte que a mesma indústria tão sabiamente criada com a promoção bem-sucedida de camarão importado barato. Os defensores da indústria assumem que não há outro caminho a não ser a produção de camarão no Sul porque não há outras opções, enquanto eles também assumem que não há melhor caminho para alimentar o crescente apetite do Norte por alimentos marinhos do que através do camarão importado do Sul. A certificação estabeleceria uma licença lucrativa para as empresas de criação de camarão que encontram uma forma de "maquiar de verde" sua imagem e até encontram um novo mercado para os consumidores preocupados no Norte.

Em uma carta aberta encaminhada aos membros do comitê dos Diálogos da Aquicultura liderados pelo WWF(1), ativistas de mais de 40 organizações do mundo todo denunciaram a intenção por parte do Comitê Geral de Gestão dos Diálogos da Aquicultura do Camarão (ShAD/GSC) e o Conselho de Manejo Aquícola (ASC) de estabelecer padrões para a certificação da aquicultura do camarão que irão significar a perpetuação de "insustentáveis e destruidores sistemas de aquicultura aberta e de rendimento - com um legado de 400.000 hectares (e em aumento) de piscinas abandonadas nos países produtores".

Os Conscientious Objectors afirmam que o ShAD “confia demais na indústria para se monitorar e regular a si mesma. O programa de certificação depende de um sistema de auditoria não provado. Outros aspectos críticos do processo exigem um “ato de fé”- para acreditar que as anteriores práticas desastrosas irão reverter milagrosamente seus efeitos quando os padrões do ShAd forem divulgados.”

A carta aberta, que estará circulando durante 2 meses, reflete a determinação dos ativistas que “de forma unânime decidiram que não é possível apoiar as intenções ou ações do Comitê de Gestão dos Diálogos da Aqüicultura do Camarão (ShAD/ GSC) e do Conselho de Manejo Aquícola (ASC) em relação ao estabelecimento de padrões para a certificação da aqüicultura do camarão”

Por Alfredo Quarto, Mangrove Action Project (MAP), e-mail: mangroveap@olympus.net

(1) <http://mangroveactionproject.org/news/action-alerts/shrimp-aquaculture-dialogue-standards-create-concern-your-comments-are-needed>

início

- Florestas da Ásia se perdem em favor de mercado de produtos para animais domésticos

Às vezes ocultas, ignoradas ou desconhecidas, as causas subjacentes do desmatamento são múltiplas e variadas. E até estranhas.

Talvez muitas pessoas estão bastante familiarizadas com a idéia de que o consumo excessivo em países de alta renda constitui uma das principais causas subjacentes do desmatamento, mas não estão tão familiarizadas com o fato de que os padrões de consumo das mascotes britânicas compartilham a responsabilidade pelo desaparecimento das florestas da Ásia.

De acordo com o The Guardian (1) um novo estudo para o Departamento Britânico de Alimentos e Assuntos Rurais (Defra) – Mapeamento e Entendimento do Uso do Óleo de Dendê no Reino Unido (2) – informa que a Grã Bretanha importa mais de meio milhão de toneladas de óleo de dendê ao ano, mas importa ainda mais alimento produzido com o caroço do dendê – um lucrativo subproduto da produção do óleo de dendê. O óleo de dendê provém do fruto do dendezeiro, enquanto que o alimento produzido com o caroço provém das nozes do dendezeiro. A Grã Bretanha importa cinco vezes mais caroço da Indonésia do que óleo de dendê e mais de um décimo de todos os alimentos produzidos com o caroço do dendezeiro do mundo, principalmente para alimentação de animais.

“Os gatos, cães, vacas, porcos e até os peixes dourados britânicos estão ajudando a destruir as florestas tropicais do sueste da Ásia”, diz o The Guardian, apontando para os fabricantes de alimentos para animais AB Agri, de propriedade da Associated British Foods, e a BOCM Pauls, além do comerciante de mercadorias ED&F Man como principais atores.

O dendezeiro é principalmente cultivado em plantações em grande escala. A Malásia e a Indonésia têm virado os maiores produtores e exportadores de óleo de dendê. Nesses países, a expansão das plantações industriais de dendezeiros que cobrem milhões de hectares têm dizimado florestas e invadiram territórios de comunidades indígenas (ver Boletim 134 do WRM).

O negócio do dendezeiro também tem muito impacto no meio ambiente em decorrência dos

vários milhões de toneladas de resíduos sólidos do óleo, fibra de palma e cascas que causa, bem como outros vários milhões de toneladas de efluente da fábrica de óleo de dendê, uma mistura poluída de cascas esmagadas, água e resíduos de gordura que têm um impacto negativo sobre os ecossistemas aquáticos. Além disso, a maioria do cultivo para óleo de dendê precisa do uso de pesticidas baseados em petróleo, herbicidas e fertilizantes, poluindo assim não apenas em nível local, mas contribuindo também com as emissões de gás de efeito estufa. (3)

Um cachorro mediano tem aproximadamente duas vezes a pegada ecológica de um Toyota Land Cruiser, dizem Robert e Brenda Vale da Nova Zelândia (4). (Uma pegada ecológica é a quantidade média de terra e o mar necessária para criar um produto e depois absorver seu resíduo).

Não se trata de esfomear as mascotas, mas de refletir sobre como as mascotas nos países ricos têm virado outro nicho do mercado onde os custos ambientais do consumo (excessivo) estão ocultos e as grandes corporações colhem lucros incalculáveis.

(1) "UK animal feed helping to destroy Asian rainforest, study shows" (Estudo mostra que a alimentação de animais no Reino Unido ajuda a destruir as florestas tropicais da Ásia), Fred Pearce, The Guardian, <http://www.guardian.co.uk/environment/2011/may/09/pet-food-asian-rainforest>

(2) "Mapping and Understanding UK Palm Oil Use" (Mapeamento e entendimento do uso do óleo de dendê), Proforest, abril de 2011, http://randd.defra.gov.uk/Document.aspx?Document=EV0459_10154_FRA.pdf

(3) "Why is oil palm replacing tropical rainforests? Why are biofuels fueling deforestation?" (Por que os dendezeiros estão substituindo as florestas tropicais? Por que os biocombustíveis estão incentivando o desmatamento?), Rhett A. Butler, mongabay.com, abril de 2006, http://news.mongabay.com/2006/0425-oil_palm.html

(4) "The environmental impact of pet food" (O impacto ambiental do alimento para mascotas), Nina Shen Rastogi, 2010, <http://www.slate.com/id/2244902/>

[início](#)

- Brasil: Trabalhadores assassinados na Amazônia e o debate sobre o novo Código Florestal – pelo fim da impunidade!

No dia 24 de maio, as lideranças do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa Maria do Espírito Santo, foram assassinados por pistoleiros no sudeste do Estado do Pará, na Amazônia, perto do assentamento onde viviam. Eles lutavam por um uso sustentável e diversificado da floresta, mantendo-a viva, denunciando a extração ilegal de madeira e o desmatamento. Foram mais dois assassinatos numa lista longa que parece não ter fim...

A exploração madeireira com seus lucros exorbitantes está na base dessa violência e continua sendo uma causa direta do desmatamento na região Amazônica. Junta-se a isso a destruição causada por grandes fazendeiros, que abrem novas áreas de pasto para abastecer um grande parque frigorífico instalado na região, financiados pelo governo brasileiro através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e pertencente a grandes empresas transnacionais de comercialização de carne. O Brasil já é o maior exportador de carne do mundo e o governo brasileiro tem como meta duplicar suas exportações nesta década.

Outros interesses como a expansão da soja para alimentar gado em países industrializados e produzir biodiesel para o mercado interno, a mineração de ferro e bauxita e também centenas de projetos de barragens, com o de Belo Monte, no Pará, prometem destruir outras centenas de milhares de hectares de florestas, com toda sua riqueza e biodiversidade. Somam-se a isso as pressões da expansão da cana-de-açúcar para produzir o etanol, cuja produção o governo brasileiro pretende multiplicar. Apesar dessa expansão se concentrar no Centro-Oeste do país, onde contribui com a destruição do cerrado/*savannah*, ela pressiona outras culturas para se deslocarem para a região Amazônica e provocar mais desmatamento.

É nesse contexto que ocorre, no Congresso Nacional brasileiro, um dos debates mais polêmicos dos últimos tempos: o do novo Código Florestal, a partir de uma proposta do deputado Aldo Rebelo. O novo Código Florestal foi aprovado no dia 24/05/2011 pela Câmara dos Deputados, no mesmo dia do brutal assassinato dos dois trabalhadores extrativistas. A nova lei segue agora para o Senado.

O que é o Código Florestal?

O atual Código Florestal é uma lei de 1965 que estabelece, entre outros, que cada propriedade no Brasil precisa manter uma área de Reserva Legal (RL), ou seja, uma quantidade de vegetação nativa cuja porcentagem varia de 20% no caso das regiões de Mata Atlântica, até 80% da propriedade na maior parte da Floresta Amazônica. Além disso, o Código estabelece a categoria das Áreas de Preservação Permanente (APPs) para proteger rios, encostas e topos de morro. Em relação aos rios, dependendo da largura, o Código estabelece faixas mínimas de 30 metros de proteção com mata a cada margem dos rios.

Por que estão discutindo mudanças no Código Florestal?

Atualmente, a grande maioria dos agricultores não está cumprindo o que estabelece o Código. A situação mais grave é dos grandes fazendeiros do agronegócio na Amazônia. Quase nenhum deles cumpre com a reserva legal de 80% da propriedade. Isso ficou ainda mais evidente com o aumento do monitoramento, fiscalização e aplicação de multas nos últimos anos por parte de órgãos do governo federal brasileiro.

Quais as mudanças propostas?

A proposta do deputado Rebelo anistia aqueles que desmataram áreas de RL até julho de 2008 e inclui formas para reduzir o tamanho das áreas de RL e APPs, abrindo inclusive a possibilidade para novos desmatamentos. Áreas de até 4 módulos rurais (até 400 hectares, no caso da Amazônia) não precisam mais de RL. E atendendo a interesses das empresas de monoculturas de árvores, 50% da RL poderia ser recuperada com monoculturas de árvores exóticas, como eucalipto. Essa recuperação não precisa ser na propriedade, pode ser no bioma, permitindo vastas áreas de apenas monoculturas. A proposta também pretende tirar competência pela gestão ambiental da esfera federal.

A proposta de Rebelo vai ao encontro dos anseios de grandes fazendeiros do agronegócio, representados pela Bancada Ruralista no Congresso Nacional, e que defendem uma revisão rigorosa do Código Florestal em favor dos seus planos de expansão e de anistia das multas aplicadas, várias das quais envolvem os próprios deputados e senadores desta Bancada!

Por outro lado, movimentos sociais que representam os trabalhadores rurais do campo, ambientalistas e cientistas defendem o atual código florestal e querem medidas complementares que possam garantir a proteção do meio ambiente e a produção agrícola da classe dos

pequenos agricultores, diferente dos fazendeiros do agronegócio que praticam uma agricultura em larga escala.

O que está em jogo?

O que está em jogo é a luta pela conservação das florestas e dos recursos hídricos do Brasil versus uma visão desenvolvimentista, que atende aos interesses de madeireiras e de grandes empresas transnacionais e nacionais do agronegócio que querem ver o Brasil aumentando suas áreas com gado, soja, milho, eucalipto, etc., e que defendem a impunidade para quem realiza grandes desmatamentos. Vale lembrar que, segundo notícias dos órgãos de monitoramento do desmatamento, esse índice tem voltado a aumentar de forma assustadora nos últimos meses, depois de anos de queda, em estados como o Mato Grosso. Além de anistiar o desmatamento ilegal já realizado, é previsto que com a aprovação das propostas da Bancada Ruralista, dezenas de milhões de hectares de florestas possam ser desmatadas legalmente, contrariando todas as boas intenções e planos nessa área, e que o Brasil divulga tanto nacional e internacionalmente.

Por fim

Se em 1965, quando o atual Código Florestal foi aprovado, a proteção da biodiversidade já era um argumento importante, hoje soma-se a isso a importância da conservação das florestas em função das mudanças climáticas causadas sobretudo por emissões de poluentes dos países industrializados e agravadas pelo desmatamento que aumenta ainda mais as emissões de carbono. Os impactos dessas mudanças afetam a todos/as, mas em especial as parcelas da população em situação mais vulnerável, sem falar do aumento de enchentes que deve ocorrer se for permitida a ausência de APPs nas áreas frágeis como rios, encostas e topos de morros e que também afetará, em especial, essas parcelas da população.

O Brasil abrange no seu território a maior área de floresta tropical no mundo e, com isso, sempre busca se perfilar internacionalmente como uma nação e economia 'verde'. Manter e fortalecer o Código Florestal em vigor é fundamental para a luta pela conservação dessa floresta e do futuro do planeta, bem como para as populações locais, indígenas e tradicionais do Brasil.

Significa também combater a busca incessante pela ganância e lucro por parte de grandes fazendeiros, madeireiras e empresas nacionais e transnacionais que vêm destruindo esse patrimônio. Essa foi a luta de José Cláudio e Maria e para que sua luta não tenha sido em vão, é preciso defender o Código Florestal em vigor e não permitir a anistia aos que desmataram e destruíram, sobretudo os grandes fazendeiros. Ao mesmo tempo, exigimos a apuração e, sobretudo, a punição rigorosa daqueles que mataram José Cláudio e Maria, e tantos outros que já perderam suas vidas na luta pela floresta Amazônica.

Por: Winfridus Overbeek, Coordenador Internacional do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, e-mail: winnie@wrm.org.uy

[início](#)

- Síntese do REDD Monitor: Observando como REDD começa a falhar

Depois de quase cinco meses de hesitações, a moratória sobre a floresta por dois anos na Indonésia começou neste mês. O presidente Susilo Bambang Yudhoyono teve que optar entre duas alternativas: uma versão da moratória que impediria novas concessões em todas as

florestas e turfeiras; outra versão que seria aplicada apenas às florestas primárias e turfeiras. Yudhoyono escolheu a segunda.

O fato de a moratória ter sido bem recebida pela Asia Pulp and Paper, uma companhia com um dos piores registros de destruição florestal na Indonésia, indica as escassas mudanças que as empresas deverão fazer para continuarem com seus mesmos negócios em decorrência da moratória.

Existia a possibilidade de que as concessões existentes (das quais há um grande número na Indonésia sendo que muitas delas se sobrepõem e muitas delas são ilegais) pudessem ser, no mínimo, revisadas. Parece extremamente improvável que isso aconteça agora. Um mapa indicativo faz parte da diretiva presidencial que faz com que a moratória entre em vigor (ou vigorismo como um comentarista manifestou). O mapa indicativo mostra a área de florestas primárias e turfeiras que devem ser protegidas durante o período de dois anos da moratória. Gigantescas áreas brancas surgem da área verde que representa a floresta primária, especialmente em Papua – essas representam as concessões existentes. Omitem-se completamente do mapa dois parques nacionais de Sumatra.

A já débil moratória está repleta de brechas. As concessões existentes estão especificamente excluídas da moratória por serem concessões que já tinham "recebido aprovação de princípio" do ministro do Florestamento e a extensão de licenças existentes. Os projetos de "desenvolvimento nacional" estão excluídos- o decreto presidencial inclui uma lista: geotérmicos, petróleo e gás, eletricidade, terras para arroz e cana-de-açúcar.

A moratória faz parte de um acordo REDD de US\$1 bilhão de dólares da Noruega com a Indonésia. A Noruega também prometeu US\$250 milhões à Guiana e US\$1 bilhão ao Brasil.

Em março de 2011, membros da sociedade civil e membros do parlamento na Guiana escreveram ao Ministro do Ambiente e Desenvolvimento Internacional da Noruega, Erik Solheim. A carta listou "oito problemas chaves com a operação do Memorando de Entendimento entre os governos da Guiana e a Noruega". Parte do problema é que o desmatamento está aumentando na Guiana e o primeiro projeto na Estratégia de Desenvolvimento Baixa em Carbono do presidente Bharat Jagdeo é uma polêmica barragem no meio da floresta tropical. A construção de estradas de acesso já começou, mas está bem longe, de acordo a lo programado e o projeto está repleto de alegações de corrupção e malversação de fundos.

A carta gerou uma enorme discussão dentro e fora da Guiana. Quase dois meses depois de receber a carta, Solheim respondeu, mas escreveu que, "Não será possível entrar em detalhes de sua carta aqui". Agora Solheim recebeu outra carta, solicitando que ele providencie uma resposta detalhada em relação aos oito problemas.

No Brasil, as coisas parecem ainda piores. A taxa de desmatamento, que tinha caído nos últimos anos, disparou para cima neste ano. Em março e abril, quase 593 quilômetros quadrados de floresta foram clareados- um aumento de 470 por cento se comparado com os mesmos dois meses do ano passado.

Um possível motivo para esse drástico aumento é que o aumento de desmatamento é o fato que o governo debatia enfraquecendo drasticamente o código florestal do país. Os fazendeiros estão clareando as florestas antecipando que o enfraquecido código florestal será aprovado e

que será concedida uma anistia para a extração ilegal de madeira ocorrida anteriormente. No dia 24 de maio de 2011, o Congresso brasileiro aprovou o código florestal emendado. Agora está indo para o Senado e, se for aprovado, exige a aprovação da presidente Dilma Rousseff.

O debate que envolve o Código Florestal do Brasil revela um dos perversos incentivos do REDD. Os governos com boas leis em vigor, com boa gestão e com decrescentes taxas de desmatamento ficariam ganhando pouco do REDD. Mas com o desmatamento exorbitante, o Brasil poderia obter muitos lucros do REDD.

Enquanto isso, o Brasil continua em frente com a barragem de Belo Monte, que tem sido resistida durante 20 anos pelos povos indígenas que habitam na bacia do Xingu. O Brasil também está pressionando para incluir as “florestas em exaustão” no mecanismo de desenvolvimento limpo- uma proposta que responde a nada mais do que um subsídio para as plantações industriais de árvores.

Dois vídeos importantes vieram à tona recentemente na Europa, salientando diferentes problemas com o modo em que REDD está se desenvolvendo atualmente. O primeiro, produzido por um programa de TV holandês, Keuringsdienst van Waarde, analisou as compensações de carbono e descobriu que poderia comprar uma área da floresta brasileira por apenas um centavo o metro quadrado. O programa é fascinante, por vezes chocante e engraçado, e apresenta um conjunto de problemas relacionados com a idéia da compensação de carbono.

Para o segundo vídeo, jornalistas da revista londinense Don't Panic agiram como espias para ver como a Conservation International ajudaria as corporações poluidoras a maquiarse de verde. O primeiro problema foi que a CI já trabalha com uma lista de Parceiros Corporativos que parece com quem é quem? da destruição planetária, incluindo ArcelorMittal, BHP Billiton, Cargill, Chevron, Goldman Sachs, Kimberly-Clark, McDonald's, Monsanto, Rio Tinto, Shell e Wilmar International.

Os jornalistas da Don't Panic simularam ser representantes de Lockheed Martin, o maior produtor de armas do mundo. Os representantes da Conservation International não encontraram nenhum problema e sugeriram uma “estratégia de compensação de carbono”, assim “Lockheed Martin” poderia “compensar” suas atividades poluidoras e mortais comprando uma floresta em Madagascar, Ásia ou África. A Don't Panic queria averiguar se a Conservation International é “algo mais do que uma empresa verde de relações públicas?” A resposta, obviamente, é não.

Por Chris Lang, <http://chrislang.org>

[início](#)

- Peru: Apropriação de terras de povos indígenas

Os Shawi, também conhecidos como Chayahuitas, habitam o território que abrange as bacias dos rios Parapurus e Cahuapanas, e que pertence às províncias do Alto Amazonas (Loreto) e San Martín (departamento de San Martín). Distribuídos em umas 180 comunidades, os Shawi partilham uma organização social e um sistema de representação simbólica. Tradicionalmente caçadores e coletores, são também horticultores (1) cultivando principalmente mandioca, banana, milho, feijão,

amendoim e atualmente também são pescadores.

Como muitos outros povos indígenas, aturaram as penúrias da colonização espanhola, sendo arrasados por armas e doenças, escravizados. A independência da Espanha não trouxe uma vida melhor para eles: com o auge da borracha tiveram que sofrer o rigor dos patrões seringueiros.

Posteriormente, em 1974, a lei de Comunidades nativas reconheceu o direito dos índios amazônicos do Peru à propriedade coletiva sobre seus territórios, se bem que limitado às terras contíguas a seus assentamentos nucleados. Mas em 1977, a Lei Florestal e de Fauna Silvestre proibiu a titulação de terras de "aptidão florestal" localizadas nos espaços das comunidades nativas- terras que passariam a ser do Estado. Isso significou o menosprezo total dos direitos das comunidades amazônicas uma vez que praticamente todas as terras da planície florestal da Amazônia são de "aptidão florestal" e assim, os povos indígenas amazônicos não teriam acesso à floresta, de cujo uso extensivo depende em grande parte sua economia.

A Constituição do Peru reconhece a existência das comunidades nativas ainda quando não estejam cadastradas como personalidades jurídicas nos registros públicos, mas para obterem o título de propriedade as comunidades devem estar cadastradas nos registros públicos. De acordo com a Lei de Comunidades Nativas (artigo 11 da Constituição), o Estado outorga títulos de propriedade sobre as terras de aptidão agropecuária e cede em uso à comunidade as terras de aptidão florestal. O processo de titulação de comunidades nativas é extremamente burocrático e lento, e não constitui uma prioridade política do Estado peruano. Enquanto isso, avança a expansão das atividades agropecuárias, florestais, petroleiras e mineiras em territórios que ainda estão pendentes de titulação. (2)

É nesse cenário que as comunidades amazônicas sofrem um novo atropelo.

No passado dia 27 de abril, em uma carta aberta, os Shawis das comunidades localizadas no distrito de Pongo de Caynarachi, província de Lamas e no distrito de Papaplaya, província e região de San Martín, que conformam a Federação Regional Indígena Shawi- San Martín, FERISHAM, denunciaram que sabem que a empresa coreana ECOAMERICA está solicitando o cadastro e titulação de mais de 72.000 hectares para si, por um preço de 0,80 centavos (da moeda local) o hectare, para a produção de cultivos, extração de madeira das florestas e pecuária. Trata-se de territórios que pertencem a duas comunidades shawis e a uma kechwa, que têm a posse ancestral e o reconhecimento de sua personalidade jurídica.

A empresa tinha apresentado sua solicitação junto ao Organismo de Formalização da Propriedade Informal (COFOPRI) da província de Loreto, mas as comunidades nativas e povos que habitam a área não tiveram nenhum conhecimento disso. Após várias idas e vindas judiciais, a reclamação está pendente de resolução por parte do Tribunal Constitucional.

Diante disso, os povos Shawi denunciam na carta: "Nossas comunidades nativas não têm títulos de propriedades, apenas temos o reconhecimento legal, temos a posse de nossos territórios ancestrais. Não é justo que nossas terras comunitárias estejam avaliadas em 0,80 centavos o hectare; querem entregá-la sem compreender o significado da vida espiritual da natureza, das árvores, dos animais que cuidam do povo indígena shawi".

E manifestam: "não estamos acostumados a resolver nossos problemas com suas leis, não fazemos parte do processo, não existimos para o Estado, nem contamos com recursos para nos

defender diante desta situação. Nenhuma autoridade cumpre com o que diz o Convênio 169 da OIT que afirma que devem ser respeitados os territórios dos povos indígenas e que o Estado deve fazer tudo o que for necessário para que sejam respeitados. Nenhuma autoridade se manifesta, nem intervém; o que nós devemos fazer para sermos escutados e termos justiça?

O povo indígena shawi está entristecido e indignado, amanhã podemos perder o território de nossos ancestrais, nossa terra mãe, onde montamos e caçamos animais, coletamos plantas medicinais para nos curar; com a floresta vivente satisfazemos múltiplas necessidades. Nada nos dá o Estado, a escola está abandonada, as crianças estão sem professor. Estamos preocupados pelas atividades desta empresa que iniciou atividades sobre as florestas porque estamos na cabeceira das riachos, e sentimos que isso pode nos afetar. Queremos dialogar pacificamente, ser escutados, ser respeitados em nosso direito ao território, não queremos sofrer outro baguazo (enfrentamento sangrento em Bagua) (3) [mas] estamos preparados para lutar por nossas terras, senão faremos justiça de acordo com nossos próprios costumes”.

Não entendemos por que o Estado entrega nossas terras a esta empresa sem nos consultar, no silêncio. Não somos cidadãos de segunda categoria, somos peruanos, cidadãos com outros costumes, uma cultura diferente, sempre pedimos que nos deem nossos títulos e que nossas terras sejam delimitadas; entretanto, esta empresa que não reside no país é atendida por seu poder econômico”.

A Coordenadora de Desenvolvimento e Defesa dos Povos Indígenas da Região San Martín-CODEPISAM somou-se à reclamação e entre outras coisas, expressou que “Para o povo indígenas isso não é uma questão judicial, senão que é dever da autoridade regional e nacional cautelar os direitos dos povos indígenas, seus territórios, seus recursos naturais”.

Mas a ofensiva por despojar as comunidades do Peru de seus territórios e florestas é mais abrangente e também se materializa no Projeto 4141 ou Lei Florestal e de Fauna Silvestre. Recentemente, dezenas de organizações indígenas e agrárias do país rejeitaram a lei florestal que atenta contra seus direitos e fomenta a invasão de maciças plantações agroindustriais. (4) Os povos indígenas e camponeses do Peru mantêm-se firmes e alertas e anunciaram: Chega de enganoso!

(1) Pueblos indígenas del Perú, Oswaldo Salaverry e outros,
<http://www.ins.gob.pe/insvirtual/imagenes/artrevista/pdf/rpmesp2010.v27.n2.a22.pdf>

(2) Pueblos de la Amazonía, Instituto del Bien Común,
<http://www.ibcperu.org/presentacion/pueblos-amazonia.php>

(3) Vide Boletim 142 do WRM

(4) Perú: Indígenas y agricultores rechazan proyecto de ley forestal, Servindi,
<http://servindi.org/actualidad/45043>

[inicio](#)

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- Chile: Um modelo florestal nefasto com sucursais na América Latina

O que as grandes empresas florestais tem feito com nossos territórios no Chile é tão devastador, tão triste e tão definitivo que faz lembrar da Doutrina do Choque (1) apresentada pela jornalista

Naomi Klein em seu livro homônimo. Utilizando a mesma linha argumental, podemos afirmar que em menos de 30 anos, nossas florestas nativas têm sido substituídas por monoculturas florestais de forma sustida e sistemática, em um esquema impulsionado durante a ditadura militar no Chile e amparado nos anos seguintes por um sistema econômico depredador e injusto, tão difícil de combater que hoje, com os fatos consumados e a solapada violência que os impulsiona, estamos simplesmente estupefatos.

O setor florestal chileno está dominado por dois grupos econômicos, CMPC da família Matte e Arauco da família Angelini, duas famílias que todo ano aumentam seu patrimônio e expandem seu poder econômico. E isso não é um dado menor para acrescentar: é importante apontá-lo, porque os enormes lucros dessas empresas que controlam todo o circuito econômico exportador (mais de 600 milhões de dólares cada uma, conforme seus últimos relatórios de 2010), não têm sido obtidos graças a suas extraordinária capacidade empreendedora, mas à custa de prejuízos enormes, e na maioria dos casos, irreparáveis, aos ecossistemas naturais e às comunidades locais que têm habitado ancestralmente (povo mapuche) ou que vivem há pouco mais de um século (comunidades camponesas e colonos) nos territórios onde se concentram as plantações florestais (regiões VII a X).

E tão sério como o que antecede é que empresas como a Forestal Arauco obtiveram muitas de suas indústrias e terras na Ditadura Militar, através dos processos de privatização impulsionados em todas as áreas da economia nacional, com fortes perdas para a fazenda nacional (a perda para o Estado chileno pela venda do total de suas empresas foi de 7.800 milhões de dólares ao valor atual). Como se isso não for suficiente, as grandes empresas florestais têm recebido através do Estado milionárias bonificações para estabelecerem centenas de milhares de hectares de monoculturas de pinus insigne ou eucalipto, que freqüentemente foram realizados substituindo florestas nativas.

A dança de milhões da que falamos é dançada apenas por uns poucos: estes indicadores auspiciosos não são percebidos pelos 133 mil trabalhadores florestais. Conforme um estudo da Direção do Trabalho da Região do Bio Bio, deles, apenas entre 25 e 30% possui contrato permanente; 82% está sob a linha da pobreza; e a subcontratação tem dificultado a geração de direitos coletivos.

Enquanto isso ocorre, os milhões de hectares de plantações alimentam uma indústria florestal orientada para as exportações, que em 2008 atingiu receitas de 5.400 milhões de dólares, aumentando para mais de 13% a participação do setor florestal no total de exportações do país, enquanto que nas mesmas comunas rurais onde prosperam as plantações e a indústria –as regiões VIII, IX e X- os Índices de Desenvolvimento Humano do PNUD (baseados em estudos de renda, saúde e educação) são os mais baixos do país.

E as ameaças continuam: 17,7% do território nacional está coberto por floresta nativa, o que, de acordo com estudos realizados, corresponde a menos da metade do que havia antes da chegada dos espanhóis, e atualmente continua sendo destruído. Estudos recentes indicam que na Região de Los Ríos, mais de 20.000 hectares de floresta nativa foram substituídos por plantações florestais na última década. Entre seus últimos escândalos, a Forestal Arauco foi condenada a reparar o prejuízo ambiental ocasionado pela morte de 33 exemplares de araucárias para realizar uma plantação de exóticas na Região do Bio Bio, sem deixar de mencionar a destruição do Santuário da Natureza Rio Cruces, no sul do Chile, pelo que tem sido condenada e multada publicamente.

Apenas como exemplo, é importante citar que nos relatórios periciais encarregados pela juíza Gloria Hidalgo, do 1º Juizado Civil de Valdivia, como parte da ação do Estado do Chile contra a CELCO-ARAUCO, iniciado há quase 6 anos, seis peritos independentes –incluindo geógrafos, ecólogos, biólogos e engenheiros químicos- têm concluído que existe uma relação direta entre os despejos da CELCO-ARAUCO e o desastre ocorrido no Santuário. De acordo com os peritos, a empresa provocou o colapso ecológico da zona úmida, “a morte súbita e total” das plantas aquáticas –entre elas a elódea- a massiva mortalidade de cisnes e outras espécies, a perda de biodiversidade e o aumento drástico da poluição nas águas e sedimentos do Santuário. (2)

No entanto, como se nada disso ocorresse e somente fosse resultado do delírio de uns poucos, as empresas florestais encontram todo tipo de recursos para expandir sua influência. A empresa florestal Arauco, a mais poderosa do Chile, tem estendido seus tentáculos a todos os estamentos da sociedade que existem. Uma das estratégias usadas tem sido fazer parte da vida acadêmica das Universidades que formam engenheiros florestais através do financiamento de infra-estrutura e pesquisa na área. O caso mais recente foi no último dia 30 de março, quando a Faculdade de Ciências Florestais e Conservação da Natureza da Universidade do Chile e a empresa Celulosa Arauco Constitución se uniram em uma sala para cortar a fita que inaugurou oficialmente o Pavilhão Arauco, perante o que diferentes organizações circularam uma carta de repúdio (http://wrm.org.uy/paises/Chile/Pabellon_Arauco.pdf). Além disso, tem participado em feiras internacionais de alcance mundial e tem financiado milionárias campanhas de inescrupulosos slogans, como “Florestas de Verdade para o Chile”, fazendo alusão às plantações da empresa, por mencionar algumas de suas estratégias.

A ARAUCO tem expandido seu modelo florestal para outros territórios da América Latina, adquirindo em 1996 a maior empresa florestal da Argentina, a Alto Paraná S.A. Agora no Uruguai, em associação com a sueco-finlandesa Stora-Enso, iniciará a construção de uma planta de celulose no departamento de Colonia, que estima-se estará operativa no primeiro semestre de 2013. A ARAUCO se propõe transformar-se em uma referência mundial no “desenvolvimento sustentável” de produtos florestais. Essa visão se expressa através da busca de oportunidades para um crescimento sustentável, (...) uma gestão eficiente e responsável com o meio ambiente, com as comunidades vizinhas e com as futuras gerações”. Então, cuidado Argentina e Uruguai, porque no Chile esses princípios têm sido sistematicamente descumpridos.

Por Claudio Donoso Zegers, Ecólogo Florestal, e-mail: donosozegers@gmail.com y Magdalena Donoso Hiriart, Colectivo VientoSur, e-mail: magdalenadelsur@gmail.com

(Fontes consultadas: Controladoria Geral da República, Direção do Trabalho, Região do Bio Bio, Relatório de Sustentabilidade 2010 Arauco, As empresas florestais e os Mapuche – Câmara dos Deputados 2007, <http://www.altoparana.com.ar/informacion.asp?idq=540>, www.bosquenativo.cl)

(1) O livro resenha a implantação do livre mercado, que segue a lógica do que Naomi Klein identifica como «capitalismo do desastre». A autora apresenta uma analogia entre o tratamento dos consumidores e o tratamento de doentes mentais por eletrochoque: 'Através do choque, se obriga às pessoas a serem obedientes'.

(2) Extraído do artigo publicado em ÑUKE MAPU: <http://nukemapu2.blogspot.com/2011/04/juicio-contracelco-arauco-por-el.html>

- Uruguai: O poder da empresa florestal- celulósica Montes del Plata

Montes del Plata é o nome com o qual operam no Uruguai duas empresas transnacionais vinculadas à indústria florestal, celulósica e papelreira: a chilena Arauco e a sueco-finlandesa Stora Enso. Nesta ocasião associaram-se para construir e pôr em andamento uma fábrica de celulose que produzirá no mínimo 1.450.000 toneladas de celulose.

A partir desta fusão, o consórcio Montes del Plata passou a possuir o maior latifúndio do país: 250.000 hectares de terra destinadas à plantação de monoculturas de árvores, matéria-prima necessária para o funcionamento de seu megaempreendimento celulósico.

No passado dia 25 de maio foram inauguradas as obras da fábrica de celulose, localizada no município de Conchillas, departamento de Colônia, sem que a empresa tivesse divulgado ainda o estudo de impacto social que provocará sua instalação na região, que havia sido exigido pela Direção Nacional de Meio Ambiente (DINAMA). Os dois anos de construção deste megaempreendimento implicarão a contratação de até uns 6.000 trabalhadores em seu ponto alto, que se calcula em sua grande maioria serão estrangeiros, que se mobilizarão nos arredores de um município de uns 500 habitantes.

A isso acrescenta-se que nestes dias foi publicada nos jornais parte do conteúdo do contrato “secreto” de investimento assinado por Montes del Plata e o governo uruguaio, em que ambas partes se obrigavam a não divulgar informações relacionadas com tal convênio mediante uma cláusula de “confidencialidade”.

O contrato estabelece benefícios econômicos incomuns e notáveis para um investimento transnacional, aos quais os empresários nacionais não têm acesso. Sob o cálido texto “as partes farão os melhores esforços para encontrar soluções...” escondem horas e horas de reuniões da empresa com representantes do governo nacional. Com sucesso para a empresa. Além disso, garante que no futuro a empresa será compensada diante de “mudanças significativas no regime tributário ou em questão de licenças e autorizações que irão afetar negativamente as condições econômicas do projeto”. Para conhecer alguns dos benefícios combinados vide “O contrato secreto de investimento entre o Governo e a Montes del Plata”, <http://www.guayubira.org.uy/2011/05/montes-del-plata-contrato-secreto-investimento/>

O grupo uruguaio Guayubira, longamente crítico da expansão do florestamento (e seu corolário, as fábricas de celulose) por seus impactos ambientais e sociais, manifestou em um comunicado seu repúdio pelas manipulações e pressões da empresa estrangeira e alertou que esse tipo de negociações condiciona a soberania do país: “Este contrato secreto define o curso da utilização dos recursos naturais do país, de seu ordenamento territorial, de seu meio ambiente, em fim, o curso do desenvolvimento nacional, condicionando as possibilidades de intervenção das sociedade nacional e a ação soberana da nação por um longo período”.

Informações obtidas do comunicado do grupo Guayubira “Montes del Plata: REPUDIO Y ALERTA”, <http://www.guayubira.org.uy/2011/05/montes-del-plata-repudio-y-alerta/>

[início](#)

- Malásia: Decisão histórica contra joint ventures de dendezeiro

O Supremo Tribunal de Kuching, a capital do estado de Sarawak- sudeste da Malásia, na ilha de

Bornéu, proferiu uma decisão histórica quando resolveu no passado dia 20 de fevereiro que todo acordo de joint venture entre nativos e estrangeiros em relação a plantações de dendezeiros é uma contravenção do Código de Terras que estabelece que ‘uma pessoa não nativa de Sarawak não pode adquirir nenhum direito ou qualquer privilégio sobre os direitos consuetudinários dos nativos’.

A decisão é uma vitória dos demandantes, os Ibans, nativos de Sarawak no distrito Pantu Land, que demandaram a Autoridade de Custódia e Desenvolvimento da Terra (LCDA), Pelita Holdings Sdn Bhd, Tetangga Arkab e o governo do estado de Sarawak, em representação própria e de outros 90.

Os demandantes reclamam o reconhecimento de seus direitos consuetudinários sobre suas terras em uma área que tinha sido apropriada pelos demandados para estabelecer um plantação de dendezeiros sob um acordo de joint venture.

O Tribunal declarou que os Ibans tinham direito a sua reclamação pelas terras argumentando que “os nativos foram privados de seus direitos consuetudinários sobre suas terras que são a fonte de seu sustento, e a perda de direitos à sua posse é uma violação dos artigos 5 e 13 da Constituição”.

E ainda acrescentou que “Isso não significa que os proprietários das terras tenham sido pagos com a discutível quantia de RM120.00 (RM =Ringgit Malasio) equivalentes a U\$S 40, por hectare, uma soma miserável considerando que o dendezeiro plantado em suas terras têm sido colhido durante mais de três anos.”

A decisão do tribunal tem abrangentes implicações para os mais de 20 acordos de joint venture entre nativos e estrangeiros nas plantações de dendezeiros bem como para as quase 200 pendências judiciais nos tribunais de Sarawak relacionados com reclamações dos povos indígenas por terras que estão sendo usadas para plantações de dendezeiros e extração madeireira.

E ainda mais importante, impede que as empresas “entrem, ocupem, clareiem, colham ou que de qualquer jeito desenvolvam atividades nas terras sobre as quais os demandantes tenham direitos tradicionais”.

No estado de Sarawak, que já esteve coberto de florestas tropicais, primeiro foi por causa da extração madeireira, e posteriormente da plantação do dendezeiro que as florestas foram cortadas deslocando assim milhares de povos, alguns dos quais tinham se sustentado durante séculos da pesca, caça e lavoura na floresta.

Para muitos povos indígenas que querem preservar sua forma de vida comunitária em malocas que são o lar de umas 400 pessoas, isso significa defender as florestas que os sustentam.

Uma grupo Iban de Sarawak que habita à margem do rio (1) está determinado a defender suas terras e rejeitou uma oferta de uma empresa dendeicultora que pagaria a cada família cerca de US\$66- uma quantia ínfima até para pessoas com poucos meios de sustento como eles.

O líder do povoado afirma que não é uma questão de dinheiro. “Nós dependemos muito da floresta. Não queremos vendê-la, a floresta não está à venda”.

Artigo com base em informações obtidas de: (1)“The High Court decision has wide implications”,

Joseph Tawie, The Broken Shield, <http://thebrokenshield.blogspot.com/2011/02/high-court-decision-has-wide.html>; "Malaysian tribes fight to protect rainforests", Azhar Sukri, Al Jazeera's, <http://english.aljazeera.net/video/asia/2011/04/201142962014821239.html>

início

- Quênia: A laureada Maathai aconselha desencorajar a plantação de eucaliptos

Quando a laureada Wangari Maathai, Prêmio Nobel da Paz, em 1977 lançou o Movimento Cinturão Verde- promovendo a plantação de árvores indígenas em áreas de captação e reservas ripárias da floresta, granjas privadas de fácil acesso para as comunidades e espaços públicos, para preservar a diversidade biológica local- ela alertou que a introdução de espécies exóticas podia vir a ter um sério impacto no equilíbrio do ecossistema.

A professora Maathai instou uma proibição das plantações comerciais de eucalipto no país argumentando que o alto nível de água por eles exigida estava contribuindo para o esgotamento da água.

Não apenas Maathai está ciente do impacto das plantações de eucaliptos sobre a água: "munyua mai" (beberrão de água- devorador de água) é o nome dado à árvore em sua língua nativa, Kikuyu.

Em 2002 as espécies de rápido crescimento *Eucalyptus grandis* e *Eucalyptus camaldulensis* foram introduzidos no Quênia desde a África do Sul e plantados em grande número e por toda parte. Alguns anos mais tarde, o efeito do eucalipto sobre a água foi sentido quando as fontes de água começaram a diminuir.

Em 2009, o ministro do ambiente, John Michuki, emitiu a diretiva de cortar as árvores de eucalipto que cresciam nas proximidades das fontes de água em uma tentativa de diminuir o impacto da seca que estava assolando o país.

No entanto, neste ano, o ministro do Florestamento e Vida Silvestre, Noah Wekesa, emitiu diretrizes para os agricultores que quiserem plantar diversas espécies de eucaliptos.

Maathai acusou Wekesa por não limitar o eucalipto nas áreas montanhosas apesar do efeito adverso dessas árvores no solo, ciclo hídrico, biodiversidade e vegetação local. Ela disse que o governo devia desencorajar a plantação de todas as espécies de eucaliptos nas áreas montanhosas e nas áreas de captação de água.

Wekesa afirmou que o eucalipto satisfaz a demanda local de madeira porque cresce rapidamente, mas Maathai argumentou que há outras alternativas como o bambu nativo, que cresce muito rápido, consome pouca água, mantém o solo fixo e freia a erosão, e já provou ser muito útil em muitos países onde é amplamente usado para a construção além da alimentação e medicina.

Com uma posição bem separada do modelo de monoculturas em grande escala, Maathai já tinha enfatizado a necessidade de "estender as práticas integradas existentes e comprovadas com base nas árvores, tais como combinar a agricultura de conservação com a agrosilvicultura- o que poderíamos chamar de "agricultura perene" (vide Boletim 147 do WRM). Isso faria possível obter

benefícios ambientais bem como segurança alimentar e meios de vida sustentáveis. Para isso precisamos de mecanismos sólidos de apoio às decisões dos pesquisadores- e com o apoio daqueles que se encarregam das políticas para sua efetiva implementação- construídos em torno ao conhecimento, parcerias e capacidade.”

Artigo com base em informações obtidas de: “Maathai Wants Bamboo to Replace Eucalyptus”, John Muchangi, 27 de abril de 2011, AllAfrica, <http://allafrica.com/stories/201104280123.html>

[início](#)

POR UMA DEFINIÇÃO DA FLORESTA

Este ano foi declarado pelas Nações Unidas como Ano Internacional das Florestas. Nesse contexto, o WRM tem iniciado uma campanha que visa colocar em questão a definição de floresta da FAO. Entre outras atividades lançamos a seguinte carta para a que buscamos assinaturas de cientistas e profissionais de diversas disciplinas que abordam o estudo da natureza. A carta será apresentada junto à FAO no próximo dia 21 de setembro, Dia Internacional contra as Monoculturas de Árvores. Se quiser assinar, acesse o endereço:

http://www.wrm.org.uy/bosques/Carta_aberta_a_FAO.html

Carta aberta à FAO:

A FAO define "floresta" como: "Terras que se estendem por mais de 0,5 hectares dotadas de altura superior a 5m e uma cobertura de copa superior a 10 por cento, ou de árvores capazes de atingir essa altura in situ" (*)

Conforme esta definição foi possível substituir florestas primárias por plantações monoclonais de árvores de espécies exóticas geneticamente modificadas, sem que isso seja considerado desmatamento. Esta definição também permitiu que fossem chamadas "florestas" as monoculturas industriais de árvores que se espalham à custa da destruição de outros ecossistemas.

O problema piora uma vez que outras organizações e iniciativas da ONU, como a Convenção Quadro sobre a Mudança Climática bem como numerosos governos nacionais aplicam esta definição em suas negociações, programas e políticas. Ainda mais, muitas análises e ações são implementadas a partir desta definição.

Consideramos que a definição atualmente usada pela FAO deve mudar. Está longe de contemplar a complexidade estrutural dos ecossistemas florestais, diversos, multiestratificados e complexos funcionalmente. Também não reflete sua capacidade de providenciar serviços ecossistêmicos fundamentais para a humanidade, como a preservação da biodiversidade ou o armazenamento de carbono, nem contempla o papel fundamental que têm na vida das populações locais. Agrupar sob a mesma definição as plantações de árvores e as florestas naturais diversas leva a tomar decisões errôneas. A atual definição de floresta tem conseqüências negativas em escala local e global, uma vez que legitima a expansão das monoculturas industriais de árvores, cujos impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais têm sido amplamente documentados e denunciados.

Por isso tudo, os abaixo assinados, como cientistas e profissionais de diversas disciplinas que abordam o estudo da natureza, manifestamos nossa desconformidade com a definição de floresta da FAO e instamos a este organismo que inicie um processo de revisão da mesma.

(*) FAO, Avaliação dos recursos florestais mundiais 2010, Anexo 2. Termos e definições utilizados em FRA 2010, <http://www.fao.org/docrep/013/i1757s/i1757s.pdf>

início
